

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE
TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE
PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2024

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstração dos resultados

Demonstração dos resultados abrangentes

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Quotistas e Administradores da
BRE 3 Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico S.A.
Porto Alegre - RS

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis da BRE 3 Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BRE 3 Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de abril de 2025.

BRE3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023		Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	3.002	1.850	Empréstimos e financiamentos	8	1.493	1.493
Contas a receber	6	1.367	1.240	Fornecedores	9	164	162
Almoxarifado		108	104	Obrigações tributárias		163	173
Ativo de concessão - contratual	7	8.475	8110	Encargos setoriais		97	56
Impostos e contribuições a recuperar		-	11	Outras passivos circulantes		69	32
Demais contas do ativo		95	97	Dividendos propostos		1.981	
		13.047	11.412			3.967	1.916
Não circulante				Não circulante			
Ativo de concessão - contratual	7	99.917	97.664	Empréstimos e financiamentos	8	44.146	46.020
Outros ativos não circulantes	16	32	32	Pis e COFINS diferidos	10	3.956	3.861
		99.949	97.696	Provisão para demandas judiciais	16	8	8
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.2	3.361	3.280
						51.471	53.169
				Patrimônio líquido			
				Capital social	11.1	35.741	35.741
				Reserva de lucros	11.3	21.817	18.281
						57.558	54.022
Total do ativo		112.996	109.108	Total do passivo e patrimônio líquido		112.996	109.108

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRE3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Receitas operacional líquida	12	13.735	11.835
Custos da operação	13	(2.153)	(1.274)
Lucro bruto		11.583	10.561
Despesas gerais e administrativas	13	(193)	(89)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos sobre o lucro líquido		11.390	10.472
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	14	315	249
Despesas financeiras	14	(2.840)	(4.688)
		(2.524)	(4.439)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		8.866	6.033
Imposto de Renda e da Contribuição Social	15.1	(524)	(618)
Lucro líquido do exercício		8.342	5.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRE3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.342	5.415
Total do resultado abrangente do exercício	8.342	5.415

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital social			futuro aumento de capital	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		Reserva legal	Reserva de lucros		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	31.133	-	31.133	-	101	12.763	-	43.999
Integralização dos adiantamentos para futuro aumento do capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do capital social	4.608	-	4.608	-	-	-	-	4.608
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	5.415	5.415
Destinação do lucro do exercício								
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	272	-	(271)	1
Constituição da reserva de lucros acumulados	-	-	-	-	-	5.144	(5.144)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	35.741	-	35.741	-	373	17.907	-	54.023
Dividendos distribuídos relativo aos anos anteriores	-	-	-	-	-	2.826	-	(2.826)
Integralização de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	8.342	8.342
Destinação do lucro do exercício								
Constituição da reserva legal	-	-	-	-	417	-	(417)	-
Constituição da reserva de lucros acumulados	-	-	-	-	-	7.925	(7.925)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	-	(1.981)	-	(1.981)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	35.741	-	35.741	-	790	21.025	-	57.558

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRE3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		8.342	5.415
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado das (aplicado nas) atividades operacionais			
Remuneração dos ativos de concessão	12.1	(10.728)	(10.461)
PIS e COFINS diferidos	12.1	96	236
Juros de empréstimos	14	2.769	2.829
Provisão de receita			(107)
Provisão para demandas judiciais		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - diferidos	15.1	81	221
		<u>560</u>	<u>(1.866)</u>
(Aumento)/diminuição de ativos			
Contas a receber		10.425	9.937
Almoxarifado		(4)	648
Impostos a recuperar		11	(1)
Ativo de contrato		(2.618)	(2.699)
Demais contas do ativo		2	138
Outros			
Aumento/(diminuição) de passivos			
Fornecedores		2	(658)
Tributos e encargos sociais a recolher		166	508
Outras contas a pagar		2.060	(64)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>10.604</u>	<u>5.943</u>
Atividades de financiamento			
Aumento de capital		0	4.608
Distribuição de lucros	11.4	(2.826)	-
Juros sobre empréstimos pagos	14	(2.769)	(2.829)
Pagamento de empréstimos		(1.875)	(6.785)
Dividendos mínimos obrigatórios		(1.981)	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(9.452)</u>	<u>(5.006)</u>
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>1.152</u>	<u>937</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1.850	913
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5	3.002	1.850
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>1.152</u>	<u>937</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A BRE 3 Implantação de Sistemas de Transmissão Elétrica Sociedade de Propósito Específico S.A. (denominada "BRE3" e/ou "Companhia") foi constituída em 17 de agosto de 2018 e tem como objeto social desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de uma das instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional, e serviços correlatos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Travessa Francisco Leonardo Truda, 40 - Sala 226-D - Centro Histórico de Porto Alegre - RS.

1.2. Concessão

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, o seguinte contrato de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Prazo (anos)	Vencto	Revisão tarifária periódica		Índice de correção	Receita anual permitida (RAP)	
			Prazo	Próxima		R\$	Mês - Base
19/2018	30 anos	2048	5 anos	2028	IPCA	8.618	12/2020

Em 2024 a Receita Anual foi revista, conforme demonstrado:

Contrato	Prazo (anos)	Vencto	Revisão tarifária periódica		Índice de correção	Receita anual permitida (RAP)	
			Prazo	Próxima		R\$	Mês - Base
19/2018	30 anos	2048	5 anos	2028	IPCA	11.132	12/2024

O contrato de concessão referido acima é decorrente do Leilão nº 02/2018-ANEEL, celebrado com a União, por intermédio da AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL. Este contrato regula a concessão do Serviço Público de Transmissão de energia elétrica para construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no estado do Alagoas, composta pela Subestação Santana II 230/69-13,8 kV, 2 x 100 MVA, Conexões de Unidades de Transformação, Entradas de Linha, Interligações de Barramentos, Compensações Capacitivas, Transformadores de Aterramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, as quais poderiam entrar em Operação Comercial até a data de 21 de março de 2022.

Em outubro de 2021, a Companhia disponibilizou os seus ativos para operação com antecedência de cinco meses.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.3. Licenças ambientais (informações não auditadas)

A Licença de operação foi concedida em 18 de agosto de 2021 pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado do Alagoas-IMA/AL, órgão responsável pela emissão das licenças ambientais da Empresa por meio de seu escritório regional de Maceió no Estado do Alagoas, com validade até 18 de agosto de 2023. Tal licença foi renovada/expedida em setembro de 2023 (protocolo de renovação datado de agosto de 2023), tendo sua validade até 27 de setembro de 2025.

1.4. Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI)

Na fase de construção do empreendimento, a Companhia é beneficiária do REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da infraestrutura, instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, por ter seu projeto aprovado para implantação de obras de infraestrutura de energia pela portaria nº 239/SPE, de 19 de outubro de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia e da habilitação concedida por meio do Ato Declaratório Executivo DRF/POA nº 2 de 23 de janeiro de 2019.

O REIDI suspende a exigência da Contribuição do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a venda ou importação de máquinas, aparelhos, instrumentos e equipamentos, novos, e de materiais de construção para utilização ou incorporação em obras de infraestrutura destinadas ao ativo imobilizado. Tais suspensões convertem-se em alíquota zero após a utilização ou incorporação do bem ou material de construção na obra de infraestrutura.

1.5. Deliberações sobre a RAP

A RAP (Receita Anual Permitida), representa os valores em reais (R\$) que uma Transmissora terá direito a receber pela prestação do Serviço Público de Transmissão, aos usuários, a partir da entrada em Operação Comercial das Instalações de Transmissão.

Conforme previsto no Contrato de Concessão, a fixação de novos valores para a Receita Anual Permitida decorrentes de reajustes e revisões serão autorizados por meio de Resolução da ANEEL.

No caso da BRE 3, a revisão tarifária está prevista para o ano de 2028.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 3 de abril de 2025.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando o Real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia e também de apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações contábeis a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas. Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Nota Explicativa nº12 e 17.2: constituição de ativo ou passivo fiscal diferido;
- Nota Explicativa nº 8: contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação de receitas por obrigação de performance, entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção (quando aplicável).

- Momento de reconhecimento do ativo contratual;

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos da concessão com base nas características econômicas do contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

- Determinação da margem de lucro;

A margem de lucro é atribuída de forma diferenciada por tipo de obrigação de performance. A margem de lucro para implementação da infraestrutura é determinada em função das características e complexidade do projeto, bem como da situação macroeconômica nos quais os mesmos são estabelecidos, e consideram a ponderação dos fluxos estimados de recebimentos de caixa em relação aos fluxos estimados de custos esperados para os investimentos de implementação da infraestrutura. As margens de lucro são revisadas anualmente, também na entrada em operação do projeto, e/ou quando ocorrer indícios de variações relevantes na evolução da obra.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A margem de lucro para atividade de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão é determinada em função da observação de preço/receita individual aplicados em circunstâncias similares observáveis, nos casos em que a Companhia tem direito exclusivamente, ou seja, de forma separada, à remuneração pela atividade de operar e manter, conforme CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, e os custos incorridos para a prestação de serviços da atividade de operação e manutenção.

- Determinação da taxa de desconto do ativo contratual;

Com objetivo de segregar o componente de financiamento existente na operação de implementação de infraestrutura, a Companhia estima a taxa de desconto que seria refletida em transação de financiamento separada entre a entidade e seu cliente no início do contrato.

A taxa aplicada ao ativo contratual reflete a taxa implícita do fluxo financeiro do projeto e considera a estimativa da Companhia para precificar o componente financeiro estabelecido no início de cada contrato de concessão, em função das características macroeconômicas alinhadas a metodologia do Poder Concedente e a estrutura de custo capital do projeto.

Estas taxas são estabelecidas na data do início do contrato de concessão ou projetos, e se mantêm inalteradas ao longo da concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, o valor contábil do ativo contratual é ajustado para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa imediatamente no resultado.

- Determinação das receitas de infraestrutura;

Para a atividade de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura à medida que são incorridos, adicionados da margem estimada para cada projeto, considerando a estimativa da contraprestação com parcela variável, aplicável quando da entrada em operação. A parcela variável por indisponibilidade (PVI) será estimada com base na série histórica de ocorrências. Em função da dificuldade de previsão antes da entrada em operação de cada projeto, a parcela variável de atraso por entrada em operação (PVA) e a parcela variável por restrição operativa (PVRO) são consideradas, quando aplicável, nos fluxos de recebimento quando a Companhia avalia que a sua ocorrência é provável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Determinação das receitas de operação e manutenção.

Após a entrada em operação, quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo preestabelecido, que considera a margem de lucro estimada, à medida que os serviços são prestados.

2.5. Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em consonância com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a Companhia está obrigada a divulgar as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR) que apresenta o conjunto completo de demonstrações contábeis para fins regulatórios, e será apresentada de forma independente das presentes demonstrações contábeis societárias.

Essas DCR são auditadas pela mesma Empresa que auditou as demonstrações contábeis para fins societários, e conforme determinado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e Despacho nº 4.356, de 22 de dezembro de 2017 emitidos pela ANEEL, e deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico daquela Agência e da Companhia até o dia 30 de abril do ano seguinte a data-base.

3. Principais práticas contábeis materiais

3.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.2. Reconhecimento de receita

A Companhia aplica o CPC 47 - Receita de Contratos com Cliente a partir de 1º de janeiro de 2018, e aplica as orientações do Ofício CVM nº 04/2020.

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se a margem estimada e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades do projeto e do leilão.

A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual e é determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alterações posteriores. A taxa incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

(c) Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que têm início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações, reconhecida conforme a contraprestação dos serviços.

3.3. Imposto de Renda e Contribuição Social corrente e diferido

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são apurados trimestralmente observando-se as disposições da legislação aplicável, com base no lucro presumido.

O lucro e o resultado tributável da Companhia são determinados para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social mediante à aplicação do percentual de presunção de lucro de 8% e de 12%, respectivamente, sobre os valores recebidos da RAP-Receita Anual Permitida (regime caixa), acrescido das demais receitas auferidas.

Dessa forma, o imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 60 ao trimestre para imposto de renda e 9% para contribuição social.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.4. Impostos sobre a receita

As receitas da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, calculados de acordo com o regime de tributação lucro presumido, pelas alíquotas básicas a seguir:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3%.

3.5. Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros

(i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC 48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes ("VJORA") e ao Valor Justo por meio do Resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado;

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à equivalentes de caixa (CDB).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem a finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e a geração de fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados à : (i) Caixa e Bancos e (ii) Contas a receber.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Conforme CPC 48 o modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

(ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

(b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e investimentos de curto prazo.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.7. Ativo de concessão

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura, a receita de remuneração dos ativos da concessão e a serviços de operação e manutenção, classificados em:

(a) Ativo de concessão - financeiro

A atividade de operar e manter a infraestrutura de transmissão, tem início após o término da fase de construção e entrada em operação da mesma. O reconhecimento do contas a receber e da respectiva receita se originam somente depois que a obrigação de desempenho é concluída mensalmente. De forma que estes valores a receber, registrados na rubrica "Serviços de O&M", são considerados ativo financeiro a custo amortizado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Ativo de concessão - contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão. Este fluxo de recebimentos é (i) remunerado pela taxa implícita que representa o componente financeiro do contrato, estabelecida no início de cada projeto, (ii) atualizado pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras, relacionadas à formação deste ativo, por meio dos gastos incorridos.

As receitas com implementação da infraestrutura e receita de remuneração dos ativos de concessão estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo seu valor líquido de realização.

Perdas esperadas para redução do valor contábil ao valor recuperável são constituídas por valores considerados de improvável realização dos ativos na data dos balanços patrimoniais.

3.9. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.10. Provisão para demandas judiciais

Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico venha a ser exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa à constituição de qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

4. Mudanças nas principais políticas contábeis

4.1. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estraram em vigor em 31 de dezembro de 2024

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2) - exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreenderem o impacto de uma moeda não ser cambiável - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2025;

Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras.

A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações financeiras consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto dessas novas normas e alterações contábeis. A Companhia avaliará o impacto das alterações finais à IAS 1 na classificação de seus passivos uma vez que as mesmas são emitidas pelo IASB. [A Companhia não acredita que as alterações à IAS 1, na sua forma atual, terão um impacto significativo na classificação de seus passivos, uma vez que o recurso de conversão em seus instrumentos de dívida conversível é classificado como um instrumento patrimonial e, portanto, não afeta a classificação de sua dívida conversível como passivo não circulante.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Bancos contas movimento		1
Aplicação financeira	<u>3.002</u>	<u>1.849</u>
	<u><u>3.002</u></u>	<u><u>1.850</u></u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e com baixo risco de crédito, pois os recursos são aplicados em instituições financeiras de primeira linha.

Os recursos aplicados em operações com liquidez imediata, em menos de 90 dias, são remunerados com taxas variáveis atreladas a variação do CDI, remuneradas em média a uma taxa de 100% do CDI.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Contas a receber

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Concessionárias e permissionárias (faturado)	429	318
Concessionárias e permissionárias (a faturar)	938	922
	<u>1.367</u>	<u>1.240</u>

O saldo em aberto refere-se à parcela da Receita Anual Permitida reconhecida mensalmente, conforme determinação do ONS - Operador Nacional do Sistema, que ainda não foi recebida. A Administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia financeira.

7. Ativo de concessão - contratual

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Saldos iniciais	105.774	103.075
Receita de infraestrutura		
Remuneração dos ativos de concessão (Nota nº 14)	10.728	10.461
Faturamentos por meio de RAP	(8.110)	(7.762)
Outros		
Saldos finais	<u>108.392</u>	<u>105.774</u>
Circulante	8.475	8.110
Não circulante	99.917	97.664

Ganho por eficiência ou ineficiência na implementação e operação de infraestrutura de transmissão

Na construção e operação da infraestrutura de transmissão, esperam-se possíveis impactos positivos ou negativos em função de atrasos e custos adicionais por questões ambientais, variação dos custos, principalmente com cabos e estruturas quando indexados à moeda estrangeira, custos adicionais de servidão e negociações fundiárias, eventuais imprevistos de terraplanagem, antecipação de prazos de operação comercial e revisão/reajuste da RAP conforme as regras regulatórias e as cláusulas contratuais. Alterações no projeto original que afetem sua lucratividade são reconhecidas diretamente no resultado quando incorrido, exceto a parte da RAP relacionada a performance de operação e manutenção dos ativos que é reconhecida medida em que os serviços são executados.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Empréstimos

Modalidade	Vencimento	Taxa de juros (a.a.)	31/12/2024
Financiamento - Proinfa	Out/2039	1,10% a.a. + IPCA	48.375
			48.375
Aplicação financeira vinculada			(2.737)
			45.638
Circulante			1.493
Não circulante			44.146

A tabela a seguir apresenta a maturidade da dívida:

	31/12/2024	31/12/2023
2024		1.678
2025	1.858	1.858
2026	2.047	2.047
2027	2.247	2.247
Após 2027	42.223	42.207
(-) Aplicação financeira vinculada	(2.737)	(2.524)
	45.638	47.513

O Proinfa foi contratado para financiar a construção da rede de transmissão. Em fevereiro de 2024, as fianças do projeto foram exoneradas/baixadas, dando lugar às garantias oriundas da própria concessão/projeto, listadas abaixo:

- Cessão Fiduciária de direitos creditórios;
- Cessão Fiduciária de direitos emergentes relacionados ao contrato de O&M;
- Cessão Fiduciária de direitos emergentes da concessão;
- Penhor de ações.
- Aplicação financeira em conta reserva na mesma instituição do credor; e
- Covenant: cumprimento anual de indicador de capacidade de pagamento - amortização de principal menor ou igual a 70% (setenta por cento) do resultado líquido ajustado. A Empresa monitora seus indicadores constantemente e, até 31 de dezembro de 2024, não identificou descumprimentos de cláusulas financeiras e não financeiras.

9. Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
Materiais e serviços	164	162
	164	162

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Tributos diferidos

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS diferidos - passivo (a)	3.956	3.861
	<u>3.956</u>	<u>3.861</u>

(a) Montante relacionado à diferença temporária (regime de caixa) sobre as receitas da Companhia, na aplicação do CPC 47, que será amortizado até o término da concessão.

	31/12/2024	31/12/2023
Base de cálculo inicial	101.914	99.312
Adições/Exclusões temporárias - Ativo de contrato	2.522	2.601
Base de cálculo final	104.436	101.914
Passivo não circulante		
PIS diferido	704	688
COFINS diferido	3.252	3.173
	<u>3.956</u>	<u>3.861</u>
Resultado do exercício		
PIS diferido	(17)	(42)
COFINS diferido	(79)	(194)
	<u>(96)</u>	<u>(236)</u>

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 35.741, composto por 31.133.159 ações nominativas com valor nominal ações e 1 ação sem valor nominal.

11.2. Reserva legal

Em 31 de dezembro de 2024 foi constituída a reserva legal no montante de R\$ 417, com base em 5% do lucro líquido do período, deduzidos do valor dos incentivos fiscais, limitada a 20% do capital social integralizado.

11.3. Reservas de lucro

Os lucros apresentados foram integralmente destinados a reservas de lucro, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, essa reserva deve apenas ser utilizada para absorver prejuízos e pagar dividendos. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo dessa reserva é de R\$ 21.817

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.4. Destinação e distribuição de lucros

a) Cálculo dividendos mínimo obrigatórios

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Resultado do exercício	8.342	5.415
(-) Reserva Legal	(417)	(271)
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>7.925</u>	<u>5.144</u>
Dividendos mínimos a serem distribuídos (25%)	1.981	1.286

b) Dividendos distribuídos no exercício

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Enind Energia e Participações Ltda.	692	-
Orion Transmissão S.A.	2.134	-
	<u>2.826</u>	-

b.1) Valores deliberados conforme aprovação em AGO 09 de agosto de 2024.

12. Receita operacional líquida

12.1. Composição da receita operacional líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração dos ativos de concessão (a)	10.728	10.461
Receita de operação e manutenção	2.255	2.158
Receita outros	1.432	-
Receita Bruta	<u>14.415</u>	<u>12.619</u>
(-) PIS e COFINS corrente	(430)	(400)
(-) PIS e COFINS diferido (Nota nº 12)	(96)	(236)
(-) Encargos regulatórios	(154)	(148)
Deduções da receita	<u>(680)</u>	<u>(784)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>13.735</u></u>	<u><u>11.835</u></u>

(a) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa que de juros que reflete as premissas econômicas sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa implícita, estabelecida no início dos contratos.

12.2. Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com este contrato de concessão, a cada cinco anos após a data de assinatura do contrato, a ANEEL procederá à revisão tarifária periódica da RAP de transmissão de energia elétrica, com o objetivo de promover a eficiência, o equilíbrio econômico e financeiro e a modicidade tarifária.

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cada contrato tem sua especificidade, mas em linhas gerais, os licitados têm sua RAP revisada por três vezes (a cada cinco anos), quando for revisto o custo de capital de terceiros. Os reforços e melhorias associados aos contratos licitados são revisados a cada cinco anos. Também poderá ser aplicado um redutor de receita para os custos de Operação e Manutenção - O&M, para captura dos Ganhos de Eficiência Empresarial.

A revisão tarifária periódica compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- (a) Da alteração dos custos de capital de terceiros previstos no Anexo V dos referidos contratos;
- (b) Das receitas decorrentes de reforços e melhorias;
- (c) Da identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário - Outras Receitas.

As próximas revisões tarifárias periódicas da RAP estão descritas na Nota Explicativa nº 1.2.

13. Custos operacionais e despesas gerais e administrativas (natureza e função)

	31/12/2024		31/12/2023
	Custo	Despesa	Total
Operação e manutenção	(1.108)		(1.108)
Serviços de terceiros	(1.045)	(193)	(1.238)
	<u>(2.153)</u>	<u>(193)</u>	<u>(2.346)</u>

14. Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Receitas de aplicações financeiras	315	249
	<u>315</u>	<u>249</u>
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(2.769)	(2.864)
Comissão financeira	(56)	(1.448)
Outras despesas financeiras	(14)	(376)
	<u>(2.840)</u>	<u>(4.688)</u>
	<u>(2.524)</u>	<u>(4.438)</u>

BRE 3 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE TRANSMISSÃO ELÉTRICA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Imposto de Renda e Contribuição Social

15.1. Reconciliação do Imposto de Renda e Contribuição Social (resultado)

	31/12/2024	31/12/2023
Faturamento (Regime caixa) - RAP	11.798	9.557
Ativo de contrato líquido de impostos	2.522	3.515
Lucro presumido IRPJ e CSLL	14.320	13.072
Base de cálculo Imposto de Renda - 8%	1.146	1.046
Base de cálculo Contribuição Social - 12%	1.718	1.569
IRPJ e CSLL - Corrente	(443)	(397)
IRPJ e CSLL - Diferido	(81)	(221)
	<u>(524)</u>	<u>(618)</u>

15.2. Imposto de Renda e Contribuição Social diferido

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo de contrato	108.392	105.774
Imposto de Renda diferido	2.181	2.128
Contribuição Social diferida	1.180	1.152
	<u>3.361</u>	<u>3.280</u>

16. Provisão para demandas judiciais

Riscos cíveis

A Companhia é parte em ações judiciais cíveis perante pessoas físicas, decorrentes do curso normal das operações, estas ações envolvendo, respectivamente, discussões de servidão administrativa.

A Administração, com base na opinião de seu assessor jurídico externo e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão para riscos cíveis no montante de R\$ 8 considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Os processos judiciais provisionados apresentados em 31 de dezembro de 2024 possuem depósitos judiciais no valor atualizado de R\$ 32.

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
a) Provisão para demandas judiciais (passivo)	8	8
	<u>8</u>	<u>8</u>
Descrição	31/12/2024	31/12/2023
b) Depósitos judiciais (ativo)	32	32
	<u>32</u>	<u>32</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Riscos tributários

De acordo com a legislação vigente, as declarações de imposto de renda entregues estão sujeitas à revisão das autoridades fiscais. Várias outras declarações referentes a impostos e contribuições federais e municipais, contribuições previdenciárias e outros encargos similares referentes a períodos variáveis estão sujeitas à revisão por períodos variados.

No entanto, na opinião da Administração da Companhia, todos os impostos e encargos devidos foram pagos ou estão devidamente provisionados no balanço patrimonial e, em 31 de dezembro de 2024, não há processos significativos conhecidos contra a Companhia. Contingências que possam advir de eventuais fiscalizações não podem ser determinadas no momento. Conseqüentemente, a Companhia não tem registrada provisão para contingências.

Risco de liquidez

As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes da Receita Anual Permitida, conforme contrato de concessão. Desta forma, a Companhia apresenta baixo risco de liquidez.

17. Instrumentos financeiros

17.1. Identificação dos principais instrumentos financeiros

<u>Ativo financeiro</u>	<u>Nível</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Valor justo por meio do resultado			
Aplicação financeira vinculada	2	2.737	2.524
Custo amortizado			
Caixa e equivalentes de caixa		3.002	1.850
Concessionárias e permissionárias		1.367	1.240
<u>Passivo financeiro</u>	<u>Nível</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Custo amortizado			
Empréstimos e financiamentos		48.375	50.037
Fornecedores		164	162

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores justos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC vigente:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo;
- Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

17.2. Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- Risco de crédito;

A Companhia mantém contratos com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica.

- Risco de preço

As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IPCA, sendo parte das receitas sujeita à revisão tarifária periódica (Nota nº 1.2).

- Risco de liquidez

As principais fontes de caixa da Companhia são provenientes da Receita Anual Permitida, conforme contrato de concessão. Desta forma, a Companhia apresenta baixo risco de liquidez.

18. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes até a aprovação das demonstrações contábeis.